

O FÓRUM MUNDIAL DE EDUCAÇÃO E A REINVENÇÃO DA CIDADANIA

PALAVRAS-CHAVE: Ação global. Cidade educadora. Educação cidadã. Fórum Mundial de Educação. Movimentos sociais.

*Moacir Gadotti**

*Membro do Conselho Internacional do Fórum Mundial de Educação; Doutor em Ciências da Educação pela Universidade de Genebra; Professor titular da Universidade de São Paulo; Diretor do Instituto Paulo Freire. gadotti@ipf.org.br

Introdução

Em janeiro de 2001, realizou-se, em Porto Alegre, a primeira edição do Fórum Social Mundial (FSM): “por um outro mundo possível.” Durante as poucas e, talvez por isso mesmo, muito concorridas atividades desenvolvidas naquele evento, no campo da educação, os presentes decidiram criar um espaço de debate com o nome de Fórum Mundial de Educação (FME). A Prefeitura de Porto Alegre assumiu a responsabilidade de organizá-lo.

A primeira edição do FME, em outubro de 2001, elegeu como temática central “Educação no mundo globalizado” e, a segunda, em janeiro de 2003, “Educação e transformação.”

O Fórum Mundial de Educação aprovou, em Porto Alegre, duas *Cartas* em defesa da educação libertadora, popular e cidadã. Além disso, propôs a construção coletiva de uma Plataforma Mundial de Educação e a descentralização dos eventos em fóruns temáticos, regionais e nacionais. Hoje, o FME constitui um grande movimento mundial pela cidadania planetária, em defesa do direito universal à educação, com rebatimentos imediatos, inclusive, na escola básica. Para um “outro mundo possível” uma outra educação é necessária e ela deverá pautar-se numa forte preocupação com os níveis fundamentais do ensino.¹

O neoliberalismo concebe a educação como uma mercadoria, reduzindo nossas identidades às de meros consumidores, desprezando o espaço público e a dimensão humanista da educação. Opondo-se a essa perspectiva, o FME defende uma concepção emancipadora da educação que respeita a diferença e convive com ela, promovendo a intertransculturalidade.

¹Nota do Editor: o objetivo deste texto é expor a gradativa densidade e o renovado apelo social que assumiram as formulações dos FME, não pretendendo discutir suas repercussões no nível básico de ensino. Julgou-se oportuno e produtivo publicá-lo dessa forma.

Recebido em: 9 abr. 2004
Aprovado em: 5 maio 2004

O Fórum Mundial de Educação, na mesma perspectiva do Fórum Social Mundial, sustenta-se em dois pilares básicos: a construção de uma alternativa ao projeto neoliberal e o pluralismo de idéias, métodos e concepções. É um espaço plural, não confessional, não-governamental e não partidário, autogestionado, verdadeiramente mundial.

Educação Cidadã para uma Cidade Educadora

Nos primeiros dias de abril de 2004, São Paulo foi sede de um Fórum Mundial de Educação temático sobre “Educação Cidadã para uma Cidade Educadora”, com mais de 100 mil participantes, convergindo para a terceira edição do FME de Porto Alegre, de 28 a 31 de julho de 2004, com o tema: “A educação para um outro mundo possível: construindo uma plataforma de lutas.” Este ano tem-se revestido de grande importância na luta pelo direito à educação.

A relação entre ‘educação cidadã’ e ‘cidade educadora’ encontra-se na própria origem etimológica das palavras ‘cidade’ e ‘cidadão.’ Ambas derivam da mesma palavra latina *civīs*, cidadão, membro livre de uma cidade a que pertence por origem ou adoção, portanto aquele que se apropriou de um espaço, sujeito de um lugar. Assim, cidade (*civitas*) é uma comunidade política cujos membros, os cidadãos, se autogovernam e cidadão é a pessoa que goza do direito de cidade. Cidade, cidadão, cidadania referem-se a uma certa concepção da vida das pessoas, daquelas que vivem de forma ‘civilizada’ (de *civilitas* – afabilidade, bondade, cortesia), participando de um mesmo território, autogovernando-se, construindo uma ‘civilização’. É claro que, em Roma, esse conceito de sujeito da cidade era limitado apenas a poucos homens livres, cuja cultura era o reflexo do ócio e não do trabalho, que era reservado aos numerosos escravos. Esses eram sujeitos ‘subjetados’, submetidos e, portanto, não tinham os direitos de cidadania nem eram vistos como civilizados, mas ‘estrangeiros’, ‘bárbaros’, considerados não-cidadãos que não podiam usufruir os benefícios da civilização.

Da origem das palavras na Antigüidade, passemos aos fatos que hoje designam o que chamamos de Educação Cidadã e Cidade Educadora.

A concepção de Educação Cidadã está intimamente ligada ao Movimento pela Escola Cidadã nascido, no Brasil, no fim da década de 80 e início dos anos 90, fortemente enraizado na educação popular e comunitária que, na década de 80, traduziu-se pela expressão ‘escola pública popular’. Designa-se comumente por Escola Cidadã uma certa concepção e uma dada prática da educação para e pela cidadania, que, sob diferentes denominações, são utilizadas em diversas regiões do país, principalmente em municipalidades onde o poder local foi assumido por partidos do chamado campo democrático-popular.

A maior ambição da Educação Cidadã é contribuir para a criação das condições adequadas ao surgimento de uma ‘nova cidadania’, como espaço de organização da sociedade para a defesa de direitos e a conquista de novos. Trata-se de formar para a gestação de um novo espaço público não-estatal, uma ‘esfera pública cidadã’, nos termos de Habermas, que leve a sociedade a ter voz ativa na formulação das políticas públicas, visando a uma mudança do Estado que temos para um Estado radicalmente democrático.

Foi Paulo Freire quem melhor definiu uma educação para e pela cidadania quando, nos *Arquivos Paulo Freire*, em São Paulo, dia 19 de março de 1997, numa entrevista à TV Educativa do Rio de Janeiro, falou de sua concepção de escola cidadã: “A Escola Cidadã é aquela que se assume como um centro de direitos e de deveres [...] é uma escola de comunidade, de companheirismo. É uma escola que vive a experiência tensa da democracia.” Paulo Freire associava cidadania e autonomia.

A Educação Cidadã está vinculada a uma concepção pedagógica cada vez mais consolidada e que temos chamado de ‘concepção dialética da educação’, seguindo os caminhos da pedagogia da práxis. Ela se inspira, direta ou indiretamente, no pensamento de Paulo Freire. Alguns dos seus princípios pedagógicos ou de intuições originais de sua prática são facilmente encontrados nas experiências de educação cidadã, fundadas em relações eminentemente democráticas.

Em outubro de 2001, durante a realização do Fórum Mundial de Educação, o Instituto Paulo Freire, uma das instituições que mais vem trabalhando com essa concepção de educação, coordenou o “Primeiro Encontro Nacional das Escolas Cidadãs” e, durante o Fórum Social Mundial,

em fevereiro de 2002, o “Primeiro Encontro Internacional de Escolas Cidadãs.” Tenho a firme convicção de que o Movimento pela Escola Cidadã, nascido no fim do século XX, terá um forte impacto na educação na primeira metade do XXI, similar ao Movimento pela Escola Nova que, nascido no fim do século XIX, teve grande impacto no século XX. O Movimento da Escola Nova opunha-se à educação tradicional, assim como, hoje, o Movimento da Escola Cidadã opõe-se à educação neoliberal. A Escola Cidadã é o contraponto da ‘mercoescola’ organizada dentro da lógica empresarial voltada para as necessidades do mercado.

Qual a relação entre o Movimento da Escola Cidadã e o Movimento das Cidades Educadoras iniciado na mesma época?

Foi novamente Porto Alegre – integrando, desde 2001, o Movimento das Cidades Educadoras – que deu a partida, iniciando uma nova caminhada nessa associação, como pudemos constatar durante a realização do X Seminário Nacional de Educação, de 13 a 15 de maio de 2002, com o tema geral “Culturas e ciclos da vida: desafios da reinvenção da escola na Cidade Educadora.” É a cidade como espaço de cultura educando a escola e a escola como palco do espetáculo da vida educando a cidade.

A cidade dispõe de inúmeras possibilidades educadoras. A vivência na cidade constitui um espaço cultural de aprendizagem permanente por si só, mas a cidade pode ser intencionalmente educadora. Uma cidade pode ser considerada uma Cidade Educadora quando, além de suas funções tradicionais – econômica, social, política e de prestação de serviços –, exerce uma nova função cujo objetivo é a formação para e pela cidadania. Ela precisa promover e desenvolver o protagonismo de todos – crianças, jovens, adultos, idosos – na busca de um novo direito, o direito à Cidade Educadora.

Na Cidade Educadora todos os seus habitantes usufruem as mesmas oportunidades de formação, desenvolvimento pessoal e entretenimento que ela oferece. O *Manifesto das cidades-escolas*, aprovado em Barcelona em 1990 e revisto em Bolonha em 1994, afirma que “a satisfação das necessidades das crianças e dos jovens, no âmbito das competências do município, pressupõe uma oferta de espaços, equipamentos e serviços adequados ao desenvolvimento social, moral e cultural, a serem partilhados com outras gerações.”

Nesse contexto, o conceito de Educação Cidadã ganha um novo componente: a comunidade educadora reconquista a escola no novo espaço cultural da cidade, integrando-a a esse espaço, considerando suas ruas e praças, árvores, pássaros, cinemas, bibliotecas, bens e serviços, bares e restaurantes, teatros e igrejas, empresas e lojas... enfim, toda a vida que pulsa na cidade. A escola deixa de ser um lugar abstrato para inserir-se definitivamente na vida da cidade e ganhar, com isso, nova vida, transformando-se num novo território de construção da cidadania.

Podemos falar de Escola Cidadã e de Cidade Educadora quando existe diálogo entre a escola e a cidade. Não se pode falar de Escola Cidadã sem compreendê-la como escola participativa, apropriada pela população como parte da apropriação da cidade a que pertence. Nesse sentido, Educação Cidadã, em maior ou menor grau, supõe a existência de uma Cidade Educadora. Essa apropriação se dá por meio de mecanismos criados pela própria escola, como o Colegiado Escolar, a Constituinte Escolar, plenárias pedagógicas e outros. Esse ato de sujeito da própria cidade leva para dentro da escola os interesses e necessidades da população.

Quando é que podemos falar em Cidade Educadora?

Podemos falar em Cidade Educadora quando ela busca instaurar, com todas as suas energias, a cidadania plena, ativa, quando ela mesma estabelece canais permanentes de participação, incentiva a organização das comunidades para que tomem em suas mãos, de forma organizada, o controle social da cidade – é a sociedade controlando o Estado e o Mercado. A Cidade Educadora persegue a utopia das cidades justas, produtivas, democráticas e sustentáveis que são aquelas que conseguem estabelecer uma nova esfera pública de decisão não-estatal, como o orçamento participativo e a constituinte escolar, exemplos emblemáticos das gestões populares.

Já ultrapassamos o estágio das propostas meramente abstratas nesse campo e novas experiências concretas vêm surgindo em diversas partes do país, levadas a cabo por diferentes partidos políticos, que criam novas relações, novas formas de gestão, novos espaços de negociação e estimulam a re-apropriação das cidades por seus cidadãos.

O Fórum Mundial de Educação de São Paulo, defendendo o direito universal à educação, deu uma enorme contribuição na busca das alternativas democráticas para uma educação verdadeiramente emancipadora. Para um outro mundo possível, uma outra educação é necessária.

Fóruns, ações globais e movimentos sociais

Os Fóruns de hoje têm uma história que remonta, pelo menos, ao Fórum Global 92, que se reuniu durante a realização da Rio-92. Eles se constituem de movimentos em torno de causas e ações globais, o próprio Fórum Social Mundial entre eles.

O que é uma ação global?

Ação global é uma ação que catalisa, para a qual convergem muitas ações de movimentos. O FSM é, por excelência, uma ação global, envolvendo muitas redes de movimentos em muitos países, com vistas à superação do modelo de globalização capitalista, essa globalização perversa, estágio superior do imperialismo, que nos ilude, que nos faz crer que estamos realmente nos comunicando com todo o mundo, que nos faz pensar que todos fazemos parte da globalização. Na verdade, o mundo só está melhor hoje para as grandes corporações, pois 1 bilhão de pessoas estão passando fome e quase 1 bilhão de pessoas são analfabetas.

Ações globais tocam questões globais, desafios globais, como direitos humanos, pobreza, crise ecológica e social, desemprego, fome, analfabetismo, saúde, lixo e água. Essas ações combinam-se, necessariamente, com iniciativas locais, mesmo porque as políticas globais têm conseqüências no nível local e no nível das pessoas. As redes de ONGs e movimentos contra-hegemônicos ao perverso modelo de globalização hoje dominante vêm apresentando alternativas ao globalismo de forma propositiva e respeitosa das diferenças.

Por que um outro mundo é necessário?

Porque não é mais possível conviver com a cultura da guerra e da insustentabilidade. Um quarto do orçamento militar dos Estados Unidos poderia garantir a todos os seres humanos acesso à educação, à saúde,

alimentação, água potável e infra-estrutura sanitária. A lógica do mercado, hoje dominante, jamais satisfará essas necessidades, pois atente às necessidades do capital e não às humanas. Por isso, um outro mundo é urgentemente necessário.

O que é um movimento social?

Uma das grandes e auspiciosas novidades deste início de milênio tem sido o movimento histórico-social provocado pelo surgimento e crescente desenvolvimento de ONGs, associações, entidades, movimentos sociais e populares lutando pelo respeito a direitos conquistados e por novos direitos em muitas partes do mundo, particularmente no Brasil. Trabalhando em rede, sem hierarquias, os movimentos sociais lutam pela inclusão social por intermédio de campanhas, fóruns, marchas etc., radicalizando a democracia, conquistando novos direitos. Um reflexo imponente da força desses movimentos tem sido o Fórum Social Mundial, além do Fórum Mundial de Educação, que veio na sua esteira.

Quando falamos em movimento social vem logo à mente a idéia dos chamados 'setores organizados' da sociedade por lutas específicas: terra, moradia, saúde, transporte, segurança, educação etc. Mas a grande massa da população não está organizada em movimentos como sindicatos e partidos, e sim na informalidade ou em clubes, igrejas, pequenas associações etc. Por isso, precisamos alargar o conceito de organização social, de movimento social, permitindo a inclusão na interlocução, na caminhada democrática, dessa grande massa de pessoas que, em geral, não têm voz na sociedade.

Precisamos ainda reconhecer que existem muitas contradições no seio dos movimentos sociais. No mundo religioso, por exemplo, há movimentos libertários ao lado de reacionários. Estar num movimento social não dá certidão de progressista a ninguém. Frequentemente caímos na armadilha de formalizar, de burocratizar por demais o conceito de organização social. A força desses movimentos não organizados foi dada nas últimas eleições ao votarem, pela primeira vez, majoritariamente, em Lula. Esse é ainda um grande espaço aberto para a expansão dos chamados movimentos sociais.

Paulo Freire insistia muito na incorporação desses setores informais. Dizia ele que nós, educadores, deveríamos escutá-los mais. Hoje estamos mais atentos a essa questão. Não menosprezamos organizações não-formais, mas muitos

ainda as tratam como setores desorganizados. Os novos movimentos sociais vão a eles; as escolas deveriam fazer o mesmo: não só abrir-se para a população e esperar, de porta aberta, que eles entrem, mas ir a eles, aprender com eles.

Todos esses movimentos estão se constituindo, por meio dos Fóruns, em espaços de auto-organização, em rede, “onde todos podem caber”, como dizia Paulo Freire. Os Fóruns são espaços de convivência, de convivialidade. O Fórum Social Mundial é um processo global que tende a se multiplicar pelo mundo como espaço de libertação; não é uma instituição ou uma organização. Só assim poderá cumprir sua missão de incorporar, de forma pluralista, todos os setores que se identificam na luta contra o neoliberalismo.

Os movimentos sociais são muito importantes não apenas pelas causas que defendem, mas, sobretudo, porque construíram um novo imaginário social. Além da ética na política, mobilizam o desejo de mudar, a crença na capacidade do ser humano de mudar. Eles mostraram que outro mundo é possível e construíram outra forma de representação que não passa pelos canais tradicionais, mas pela força da organização de base comunitária, pluralista, na sociedade global. E isso é muito novo no campo democrático, popular e socialista.

O que os movimentos sociais nos estão ensinando?

Eles nos ensinam que o povo, as pessoas se educam na luta, em comunidade – a luta é pedagógica. Os brasileiros têm uma rica cultura “de experiência feita”, como dizia Paulo Freire. Esse saber, essa cultura nem sempre foram valorizadas por nossas academias, por nossas Universidades, que têm muito a aprender com os movimentos sociais. O saber que vem das lutas. Esse é um grande espaço de aprendizado.

Os Fóruns reinventando a esquerda e o poder

Uma ‘nova esquerda’, portadora do projeto do ‘novo socialismo’, está nascendo no seio deste novo movimento histórico do qual o Fórum Social Mundial é o grande portador. Ele inaugurou, no início deste milênio, o caminho para um novo mundo possível, uma nova etapa na batalha dos explorados contra o poder do capital transnacional. Nessa etapa, abrem-se muitas e novas formas

de fazer política. Sem nenhum rótulo, as redes possibilitadas pelos Fóruns estão dando origem a um novo internacionalismo.

Os Fóruns conseguiram superar o dilema posto pela esquerda entre um Marx burocrático e um Bakunin anarquista. Muitos burocratas ficam incomodados com o caráter ‘anárquico’ dos Fóruns, com o seu pluralismo. Por outro lado, o pensamento anarquista presente nos Fóruns fica também incomodado por setores expressivos dos Fóruns que exigem programas, metas concretas, estrutura, propostas para um outro mundo possível. Essas divergências, superadas pela intensidade do diálogo, mostram-nos que outros caminhos são possíveis para além das formas consagradas pelos clássicos paradigmas da esquerda. Não foi a causa que envelheceu, mas os métodos autoritários. Se o socialismo autoritário desapareceu como método para um outro mundo possível, viva o socialismo libertário e internacionalista.

O Fórum Social Mundial, com pouco mais de três anos de existência, tornou-se uma referência obrigatória para todas as pessoas, instituições, movimentos que sonham e lutam pela transformação do modelo político, econômico e social dominante hoje no planeta. Em torno desse gigantesco movimento de solidariedade emancipatória convergem esforços que surgem de muitos países, nações, sindicatos, organizações não-governamentais, pessoas e movimentos sociais e populares associados à bandeira comum da resistência e da alternativa à perversa globalização capitalista. O que é particularmente novo nesse movimento é a afirmação do respeito à diversidade, à diferença e à busca do entendimento para alcançar a meta comum.

Fonte fecunda de proposições, o Fórum Social Mundial já apresenta resultados positivos não só na mudança de mentalidades, mas também na formulação e execução de novas políticas públicas em diversos campos, radicalizando a democracia e os direitos humanos. Os encontros, reuniões e fóruns têm-se multiplicado pelo mundo, levando à frente o ‘espírito de Porto Alegre’, empolgando muita gente, reacendendo a esperança, recarregando as energias dos movimentos sociais em direção a um outro mundo possível, fruto não da mão invisível do mercado ou do mecanismo irreversível de luta de classes, e sim da luta organizada dos próprios seres humanos, construindo um novo internacionalismo e novas formas de fazer política.

Que lições podemos tirar desses Fóruns?

A maior lição a tirar desses Fóruns é que eles mostram como o povo pode fazer história – os Fóruns colocaram o povo como grande sujeito. Só o povo organizado pode fazer história. Os movimentos sociais não querem ficar na platéia, na arquibancada. A sociedade civil não pode ficar assistindo, tem que ser protagonista deste outro mundo possível, deste outro Brasil necessário, fazendo cobranças para que a esperança se torne realidade, porque o neoliberalismo ainda está vivo, ainda não foi derrotado.

Há muitas formas de fazer política: por meio de sindicatos, partidos, governos, parlamentos, igrejas, participando de campanhas eleitorais etc., em empresas públicas e privadas. Tudo o que é humano tem uma dimensão política. Pode-se fazer política por meio de organizações não-governamentais, fortalecendo a sociedade civil. Essa é uma nova forma de fazer política, uma forma cada vez mais eficaz, como vem demonstrando o Fórum Social Mundial. Ao contrário da forma tradicionalmente hierárquica de fazer política, de exercer o poder, os Fóruns se constituíram em redes solidárias, reinventando o poder. Eles privilegiam o encontro, o diálogo, o debate e a colaboração. Dessa forma, reduzem os conflitos provados na luta interna pelo poder hierárquico; por isso, são mais eficazes na luta política.

Os Fóruns se constituíram num novo espaço político, um espaço inovador de fazer política. Desde 1962, em seu livro *Mudança estrutural na esfera pública*, Jürgen Habermas nos alertava dessa nova forma de fazer política, falando de opinião pública, valorizando os debates políticos na mídia, as organizações não-governamentais e a sociedade civil. Ele nos falava de uma esfera informal, de uma “esfera pública virtual” que lembra muito hoje o que está acontecendo com a internet, tão utilizada pelos Fóruns.

Não basta combater o capital. É preciso organizar-se para construir a alternativa; organizar-se não apenas em partidos e sindicatos – criticados por José Saramago no final do 2º Fórum Social Mundial (Porto Alegre, 31 de janeiro a 5 de fevereiro de 2002), como responsáveis também pela falta de alternativa ao neoliberalismo. Um outro mundo possível precisa organizar-se ao lado dos desempregados, dos trabalhadores temporários, dos moradores de rua, dos estudantes, dos imigrantes, das mulheres, dos indígenas, dos movimentos de

homossexuais, de negros, de minorias, associações religiosas, entidades sem fins lucrativos, organizações não-governamentais etc.; enfim, organizar-se com as novas multidões em torno de um sentido da “história como possibilidade”, como dizia Paulo Freire, organizar-se como poder contra-hegemônico em torno de um sentido que o neoliberalismo quer destruir, organizar-se em torno dos desejos e necessidades desses novos movimentos e não apenas em partidos e sindicatos.

José Saramago foi muito duro ao afirmar que a Declaração Universal dos Direitos Humanos, “tal como se encontra escrita, sem necessidade de se alterar sequer uma vírgula, poderia substituir, com vantagem no que diz respeito à clareza de objetivos e à retidão de princípios, a todos os programas de todos os partidos políticos da ordem.” Saramago atacou os programas da esquerda, “anquilosados em fórmulas caducas, alheios e impotentes às realidades brutais do mundo atual, fechando os olhos para as evidentes ameaças que o futuro está a promover contra aquela dignidade sensível e racional que imaginávamos ser a ação de todos os seres humanos.” Referia-se tanto aos partidos quanto aos sindicatos: “de uma forma consciente ou inconsciente, o indócil e burocratizado sindicalismo que ainda nos resta é em grande parte responsável pelo adormecimento social decorrente da globalização econômica.” Foi um grande alerta para sindicatos e partidos. Mas terá ele razão?

Tradicionalmente o Estado usa a sua racionalidade instrumental visando à rentabilidade e à eficácia burocráticas. Ao contrário, os movimentos sociais construíram uma racionalidade comunicativa voltada para as necessidades das pessoas e não para o sistema, criando uma nova lógica de poder. Os Fóruns são um exemplo dessa nova lógica de poder e de inclusão: eles se constituem em movimentos globais orientados por uma nova forma de fazer política. Um Fórum é um espaço auto-organizado em rede, estruturado horizontalmente, permitindo o encontro e o diálogo, autonomamente organizados, em que partidos, governos e empresas não são o centro do cenário, mas convidados a participar numa causa comum. É a sociedade civil se fortalecendo para exercer a sua cidadania perante o Estado e o Mercado.

Um outro mundo possível: lições e desafios

Nos anos 90, depois da queda do Império Soviético, a globalização capitalista, com seu discurso único, queria selar o fim da história e matar a esperança. Um certo vazio ideológico deixou muita gente perplexa, sem chão, sem bandeiras de luta. O Fórum Social Mundial ocupou esse espaço ideológico, reacendeu a esperança da libertação, recolocou a ideologia no palco da história.

Os Fóruns prezam a diferença, a diversidade como riqueza da humanidade. Neles, manifesta-se a pluralidade de vozes e de olhares. A multiplicidade de atividades de que são constituídos pode dar a impressão de fragmentação do movimento; no entanto, podemos ler essa quantidade de manifestações como a riqueza do movimento que não nos divide, mas nos une numa polifonia de vozes, harmonizadas por uma causa comum.

Fóruns são territórios de autogestão: criando-se os espaços, os movimentos imediatamente os ocupam. Como movimentos, eles têm múltiplos papéis: entre outros, um papel organizativo – conhecer-nos melhor, aprender juntos, fortalecer-nos; um papel político-reflexivo – descobrir o sentido histórico das nossas experiências, e um papel prospectivo, utópico – realimentar a esperança, a amorosidade e ganhar lucidez e força para a luta.

Para um outro mundo possível, uma outra educação é necessária. O desafio é grande: uma outra educação possível, seguindo os passos do Fórum Social Mundial.

Como podemos enfrentar tamanho desafio? Será apenas um sonho a mais sonhado juntos? Seremos capazes de mudar o mundo? Quantos já tentaram! Quais os caminhos, as estratégias para um outro mundo possível? São esses os grandes desafios de um Fórum como o de São Paulo. Não podemos nos perder em debates locais ou conjunturais que morrem no café da manhã. Nosso desafio é enorme e nosso propósito é mudar o mundo. Nossa tarefa é construir uma plataforma mundial de lutas pelo direito à educação, como condição necessária para um outro mundo possível.

Os Fóruns Mundiais (Educação, Saúde, Cultura, Autoridades Locais...), na esteira do Fórum Social Mundial, têm traduzido uma outra lógica de poder, uma lógica de ação em rede, coletiva, solidária e pluralista. Muitos debates foram

realizados, muitas faixas foram penduradas no Gigantinho de Porto Alegre, no Mineirinho de Belo Horizonte, em Cartagena, em Mumbai, em Paris, em Uppsala e em tantos outros lugares. Muitas bandeiras foram erguidas bem alto, pela defesa da vida, da ética, do planeta [...] Como transformar tudo isso em estratégias coletivas para um outro mundo possível? Como transformar tudo isso em programas viáveis?

Se não soubermos apontar os caminhos possíveis para atingir nosso fim, nossos sonhos serão desmoralizados pelos que sempre querem deixar tudo como está. Uma outra lógica de poder está sendo apontada pelos movimentos sociais por meio de suas ações globais pela justipaz, pela ética na política, pelo consumo ético e solidário que não destrua o planeta. Mas precisamos ainda construir uma infra-estrutura logística de redes em colaboração solidária, sem hierarquias burocráticas, que sejam capazes de organizar a massa de excluídos em movimentos organizados, para que possam, inclusive, participar dos Fóruns.

Os Fóruns, como eventos, têm um papel organizativo, reflexivo, aprendente, propositivo, prospectivo, utópico. Eles não são instituições e, a rigor, nem movimentos: são espaços autogestionados de movimentos e de suas causas; algo ainda não totalmente definido, já que está em processo; um espaço da sociedade civil que nos apresenta questões como a escolha entre sermos meros consumidores ou cidadãos ativos, entre sermos promotores da guerra ou protagonistas da paz.

Fóruns são espaços não-governamentais, não partidários, não sindicais, não religiosos; são espaços plurais da biodiversidade, da 'demodiversidade'. Mas precisamos ir além da manifestação, do manifesto, da proclamação, para construir mais programas, mais agendas de lutas.

Rumo à Plataforma Mundial de Educação

O Fórum Mundial de Educação teve um rápido crescimento desde seu nascimento, em janeiro de 2001, quando a proposta de sua realização foi apresentada pelos participantes do Fórum Paulo Freire, durante a primeira edição do Fórum Social Mundial. Cada Fórum elege um grande tema. Em

2001, debatemos a “Educação no mundo globalizado” e, em janeiro de 2003, “Educação e transformação”. O documento final desse último encontro propôs que o FME, como movimento, se engajasse na construção coletiva de uma Plataforma Mundial de Educação, uma plataforma de lutas contra o neoliberalismo e a mercantilização da educação.

Levando à frente esse objetivo, vários Fóruns regionais e temáticos foram realizados em diversos países. O grande desafio desse movimento, agora mais descentralizado, é ter clareza não apenas de sua estrutura e funcionamento – já que não é uma instituição ou organização, e sim um movimento –, mas também de sua plataforma de lutas.

O Fórum Mundial de Educação, na mesma perspectiva do Fórum Social Mundial, busca, de forma pluralista, construir alternativas ao projeto neoliberal. Esse princípio está claro na mente de todos os que militam nesse Fórum. No entanto, falta ainda maior clareza sobre a plataforma de lutas que consolidará esse movimento. Sustenta-se, coerentemente, que a luta contra a mercantilização e a favor do direito universal à educação é o caminho para essa educação necessária em direção a um outro mundo possível. Mas precisamos ir além.

E, para ir além, precisamos também olhar para trás e reconhecer as lutas históricas de numerosos educadores e de suas organizações. Por isso, é importante que elas estejam presentes nos Fóruns. Há certamente muito espaço para o novo, mas também bandeiras históricas que precisam ser reconhecidas, avaliadas e incorporadas à nossa Plataforma, que não deverá constituir-se apenas num documento, num produto, num resultado – ela deve ser reconhecida como movimento de formação. Não basta proclamá-la; é preciso ter clareza do seu processo de construção. Não será algo a ser vivido quando ficar pronto. As proposições já são vivência, são as contribuições de todos os que buscam/vivem respostas ao projeto neoliberal.

Nos Fóruns preparatórios ao de Porto Alegre, estamos discutindo não apenas os grandes princípios da Plataforma, mas também sua metodologia. A discussão está apenas começando. Nesse processo, não podemos prescindir da contribuição de todas as tendências e vertentes progressistas no campo educacional, praticando intensamente o diálogo/conflito e a escuta atenta de todos os argumentos. Aprendemos muito com Paulo Freire a esse respeito. Ser pluralista

não é ser eclético, juntar de tudo um pouco; ser pluralista é defender um ponto de vista e dialogar, a partir dele, com pontos de vista diferentes e opostos.

As experiências de alternativas concretas ao projeto pedagógico neoliberal são uma referência para a Plataforma. Soluções mágicas, para enfrentar os desafios da educação, todos sabemos, não existem. Alguns princípios, defendidos historicamente e consolidados pelos educadores, são intocáveis, como cláusulas pétreas de nossa Constituição Educacional, mesmo que ela não esteja escrita e homologada. Nosso maior desafio estará na metodologia participativa e cidadã de sua constituição. Nesse processo de construção é que conseguiremos definir, com maior clareza, seus rumos, estratégias e estrutura como documento de lutas por uma educação emancipadora para todos.

KEY WORDS: Citizen education.
Global action. Learning city.
Social movements. World
Education Forum.

**E
C
C
O
S**

**R
E
V.**

**C
I
E
N
T.**

**v. 6
n. 1**

**jun.
2004**